

FONTES DOCUMENTAIS PARA O ESTUDO DA QUESTÃO INDÍGENA EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS¹

Jean Carlos Soares²

Uma pequena introdução: a cidade e os índios

Na história de Palmeira dos Índios data do século XVII a fixação das comunidades indígenas Xucurus e Cariris que se fixaram aos pés de um imenso palmeiral. As memórias locais apontam para o elemento decisivo da chegada do frei Domingos de São José, responsável pela conversão dos ditos “gentios” em cristãos. Mais tarde a doação de terras efetuada por Maria Pereira Gonçalves e seus herdeiros ao religioso possibilitou a construção da capela consagrada ao senhor Bom Jesus da Boa Morte.³

Na década de 1930 ocorre a inauguração da estrada de ferro e a circulação da primeira locomotiva relacionada a lenda de índios Tilixi e Tixilliá. Segundo Francisco Reinaldo Barros:

Conta-se que Tixilliá estava prometida ao cacique Etafé, mas era apaixonada por seu primo Tilixi. Um beijo proibido condenou Tilixi a morrer por inanição. Ao visitar o amado, Tixilliá foi atingida por uma flecha mortal de Etafé, morrendo ao lado de Tixili. No local, nasceu a palmeira, simbolizando o amor intenso do casal.⁴

O território demarcado na lenda fez parte da freguesia de Atalaia, sendo no século em 1838 agregado a Anadia, sendo elevada à categoria de cidade somente em 20 de agosto de 1889 (Lei 1 107).⁵

Localizada na zona sertaneja entre a mata e o sertão, que comumente é chamada de “agreste” pelos habitantes locais, Palmeira dos Índios desenvolveu-se economicamente sobre uma base agropecuária. Na atualidade, além do comércio, ressalta-se ainda a realização de feiras que congregam cultivadores de frutos e horticultura de subsistência, hoje denominadas agricultura familiar auto-sustentável, vindos de municípios próximos como Quebrangulo.

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Local Para Além das Fronteiras: Fontes de Pesquisa e Metodologia aplicada”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Graduando em História pela Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA), campus da Escola Superior de Ciências Humanas e Econômicas de Palmeira dos Índios (ESPI); estagiário do Núcleo de Estudos Argonautas (NEAR) sob a orientação dos professores Ms. Antonio Filipe Pereira Caetano e Ms. Janaina Cardoso de Mello.

³ Cf. BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de Barros. **ABC das Alagoas. Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas**. Tomo II (G-Z). Brasília: Senado Federal, 2005, p.361

⁴ Idem, *ibidem*, p. 362

⁵ *Ibid.*

A parte cultural da região conta com a presença da Biblioteca Municipal e de dois museus: a Casa Graciliano Ramos (uma vez que o literato foi prefeito da cidade) e o Museu Xucurus (que embora tenha essa nomenclatura indígena dedica-se muito mais à cultura, modos e costumes locais, relegando pouco espaço a produção cultural indígena).

O Museu Xucurus foi instalado na Igreja Nossa Senhora do Rosário, tendo sido inaugurado em 1971. Possui uma extensa coleção composta de arte sacra, etnografia, mobiliário e alguma documentação escrita acondicionada em molduras.

A pesquisa com fontes indígenas: primeiros passos.

A partir da criação do Núcleo de Estudos Argonautas (NEAR) houve uma preocupação em pesquisar e catalogar a documentação existente nos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios. Nesse sentido, uma visita aos órgãos de guarda de possíveis fontes para a reconstituição da história local foi empreendida a partir do projeto Guia de Fontes para a História de Alagoas, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Alagoas (FAPEAL).

Sendo a única universidade estadual a absorver grande número de elementos de diversos municípios do agreste alagoano, tornou-se imprescindível para o curso de história da Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA), na figura dos professores Antonio Filipe Pereira Caetano e Janaina Cardoso de Mello (coordenadores do NEAR) estabelecer as possibilidades de incursão à pesquisa e o tipo de metodologia que deveria ser utilizado na busca do material almejado.

Nesse sentido foi criada uma ficha índice que contemplava os aspectos mais importantes da documentação (tipologia do documento, data, instituição, endereço, formas de acessibilidade, estado de conservação, referências ou notação, resumo e etc.).

A partir da coleta dessas informações iniciou-se um árduo trabalho junto ao Museu Xucurus que apresentou um grande acervo, porém sem uma organização precisa de suas peças. Embora conte com um catálogo numerado, não há informações detalhadas sobre a origem do material doado, a data da doação e o que foi percebido como mais grave é a não convergência da numeração com as peças existentes no local. Não é possível mapeá-las e isso tem facilitado sucessivos desaparecimentos de peças importantes do acervo.

No que tange a questão indígena, pouco material foi encontrado. Algumas urnas fúnebres retiradas através de um processo arqueológico explicitado em alguns jornais locais e provenientes de um município vizinho denominado Igaci ocupam o segundo andar do prédio, mas não há uma efetiva preocupação com a conservação e devido acondicionamento das peças.

Entretanto nesse mesmo recinto foi encontrado o “Memorial de Suspensão para a demarcação de terras indígenas”(1997). Um documento em espiral com o mesmo teor discursivo de ofício sacramentado em cartório, assinado por Câmara Municipal, Prefeitura, Ordem dos Advogados, Lojas Maçônicas, Associações Comerciais, Órgãos de Imprensa, dentre outros reivindicando ao governo federal a suspensão dos trabalhos de demarcação da espacialidade requisitada pelas comunidades indígenas locais.

A disputa territorial no município entre comunidades indígenas e moradores urbanos tem longa data. Na década de 1870, houve a extinção dos aldeamentos existentes na região até aquela data. Com isso, a territorialidade indígena foi incorporada às terras do município, iniciando com esse fato o longo processo de conflitos violentos e judiciais para o restabelecimento da posse ao dono e ocupante de direito e de fato.

Na atualidade, duas aldeias indígenas ocupam as serras palmeirenses: A Fazenda Canto e a Mata da Cafurna. Nessas localidades sobrevivem tradições como o Toré e o ritual do *Ouricuri*.

O memorial supracitado, curiosamente foi articulado pelo diretor do Museu Xucurus, fato um tanto quanto paradoxal, uma vez que o museu recebeu o nome de uma comunidade indígena local.

Outro fato interessante de se chamar a atenção é a presença da estátua de uma índia Poty na praça do açude, quando essa designação indígena nunca habitou as terras das palmeiras. A construção da memória local mostra-se, portanto confusa e equivocada, seno dedicada pouca ou quase nenhuma valorização à cultura indígena local que permanece marginalizada em função de seu litígio judicial relacionado à posse de terras na cidade. O papel desempenhado pela mídia, deturpando as informações e criando uma cultura do medo nos moradores locais de perderem suas casas contribuem para uma reação hostil à população indígena mesmo entre alunos universitários.

Durante dois anos a professora Janaina Cardoso de Mello ministrou a disciplina História das Sociedades Indígenas na FUNESA/ESPI e segundo a mesma:

Os alunos chegavam para o início do curso impregnados de preconceitos e visões distorcidas daquilo que imaginavam que deveria ser os índios. Ressaltavam a questão da perda de características físicas tradicionais, horrorizados com o fato de existirem índios loiros, de olhos azuis ou índios negros. Traziam ainda aquela visão positivista e erroneamente biológica de que as comunidades indígenas deveriam todas apresentar os mesmos traços físicos de pureza transpostos em pele morena e cabelo liso. Não levavam em conta os problemas da miscigenação e da imposição cultural. Não aceitavam a tese da negociação e da resistência adaptativa tão em voga entre os antropólogos da atualidade como Maria Regina Celestino Cândido em seu livro *Metamorfoses Indígenas*. Eram alunos do curso de história e apresentavam uma resistência imensa à idéia de índio enquanto construção cultural. Em minhas conversas com a professora Maria Ester Silva que trabalhava com Geografia das Sociedades Indígenas pude comprovar que ela também passava pela mesma situação que eu com seus alunos de geografia. Tanto que realizamos a I Semana de Geo-História Indígena em 2004, trazendo como primeira palestrante a índia Maninha Xucuru para que a mesma pudesse

ser sujeito de sua própria história. Encerramos o evento com uma apresentação do Toré, dançado por várias crianças da aldeia.⁶

O relato da professora deixa claro que esse confronto territorial indígena no município ultrapassou as fronteiras da disputa judicial e adentrou os muros do local que deveria primar pelo debate acadêmico crítico e reflexivo: a universidade. Isto porque os alunos, enquanto moradores do município têm interesses relacionados à questão e por isso não se encontram em posição de isenção na discussão do assunto. A objetividade é substituída por uma passionalidade verificada na escrita ou projetos recorrentes de monografias de final de curso que pretendam comprovar a inexistência de índios na região ou sua aculturação. Discursos estes que desqualificam os hábitos indígenas, bem como sua reivindicação ao direito territorial.

A historiografia indígena local e do nordeste em questão: os escritos e as fontes

O professor de história Edson Silva tem dedicado grande parte de seus escritos acadêmicos a questão indígena em Alagoas, Pernambuco e Nordeste de uma forma geral. Em seu último artigo, ele empreende uma pesquisa junto às aldeias Urucu (atual Cocal), Escada (AL) e Jacuípe (PE) para mapear a comunidade Wassú e suas memórias sobre a participação indígena na Guerra do Paraguai.

Ao remontar as origens dessa comunidade, Edson Silva recua até o conturbado período regencial apontando que:

Historicamente os índios das aldeias de Escada e Jacuípe sempre foram chamados pelo Estado para atuarem como guardiões tanto contra o roubo de madeiras das Matas, como para evitar as fugas ou procurar escravos negros e criminosos que lá buscavam refúgio. Além disso, finda a Cabanada, o Governo imperial fundou duas colônias militares, como forma de manter o controle estratégico geopolítico na região. Essas duas colônias estavam situadas na fronteira entre as duas Províncias, uma em cada lado, Leopoldina (AL) e Pimenteiras (PE), e foram instaladas em terras dos aldeamentos oficialmente declarados extintos.⁷

Baseia-se para tanto em documentação inédita transcrita pelo Prof. Clóvis Antunes, depoimentos da comunidade indígena Xucuru do Ororubá de Pesqueira (PE) e Ofícios da Diretoria dos Índios de Alagoas, referentes ao século XIX, localizadas em Maceió no Arquivo Público do Estado.

Um outro material que buscou trabalhar a questão indígena em seus aspectos mais gerais no nordeste, constituiu-se de cinco livros compostos pelo *Grupo de Estudos Índios de*

⁶ Entrevista concedida na Fundação Universidade Estadual de Alagoas, pela professora de História do Brasil, Janaina Cardoso de Mello em 18/06/06.

⁷ SILVA, Edson. Os índios Wassú e a Guerra do Paraguai: história, memórias e leituras indígenas sobre o conflito. In: **Cabanos**, revista de história FUNESA – NEAR. Ano 1, vol. 1, nº 1 (jan/jun. 2006). Arapiraca: FUNESA/Maceió: EDUFAL, 2006. p.95

Alagoas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no sentido de se discutir temas e problemas. Embora, grosso modo, o conjunto apresente coletâneas de artigos, o exemplar número 5 traz a publicação da dissertação de mestrado, apresentada em 2003 à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do prof. Christiano Barros Silva, que trabalha numa perspectiva antropológica com as noções de doença e crenças etiológicas entre os Kariri-Xocó.⁸

O autor percorreu algumas aldeias e empreendeu entrevistas abertas com gravador. Para o embasamento escrito, utilizou o Guia dos Municípios (1998) para definir área geográfica e demografia local. Elaborou tabelas com base em sua pesquisa de campo e utilizou a cartografia do aldeamento indígena presente no acervo do Museu Nacional (1993). Também fez recorrência iconografia das comunidades pesquisadas, além dos relatos concedidos em entrevista e transcritos para análise de discurso.

É importante também levar em conta dois nomes extremamente importantes no estudo da questão indígena em Alagoas: os professores Luís Sávio de Almeida e Silvia Aguiar. Ele, aposentado da UFAL; ela, docente e coordenadora do Núcleo de Pesquisas Visuais Antropológicas na mesma instituição. Ambos, além de inúmeras publicações correlatas, enquanto sociólogos têm trabalhado com as representações indígenas, seja no discurso, nos ritos ou na imagética a partir de efetivos trabalhos de campo em vários aldeamentos do Estado.

A documentação indígena em Maceió e o Leviatã.

À guisa de uma conclusão, esta última parte do artigo pretende apontar alguns problemas no levantamento e trabalho com fontes documentais primárias para o estudo da questão indígena em Alagoas.

Embora o recorte desse trabalho compreenda Palmeira dos Índios, grande parte do acervo pertinente à temática encontra-se no Arquivo Público do Estado, em Maceió. No entanto o acesso a essas fontes ainda encontra-se bastante restrito e problemático. Primeiro porque não há uma efetiva catalogação de todo o material, o que impede a existência de registros e notações que indiquem a localização, quantificação e tipologia do mesmo. Segundo, o estado de conservação da documentação presente nas caixas (arquivos mortos) da Diretoria dos Índios encontra-se em estado de deterioração avançado. Há oxidação da tinta utilizada nos manuscritos, bem como a presença de alguns fungos que já prejudicam quase que completamente a leitura de grande parte das informações ali descritas. Terceiro, o horário de atendimento de segunda à sexta-feira, somente pela manhã inviabiliza pesquisas

⁸ SILVA, Christiano Barros Marinho da. Vai-te para onde não canta galo, nem boi urra... Diagnóstico, tratamento e cura entre os Kariri-Xocó In: **Índios do Nordeste**: temas e problemas 5/ Organizador : Luis Sávio de Almeida. Maceió: EDUFAL, 2004.

mais profundas de estudantes de graduação e pós-graduação. Uma vez que a localização e manuseio do documento, bem como a leitura e a transcrição demandam um tempo precioso. Quarto, o manuseio de documentação por diretor, funcionário e pesquisadores sem o uso de instrumentais adequados (luvas cirúrgicas, máscaras, lápis, etc.) auxiliam no processo de destruição física do acervo.

Outro problema identificado encerra-se na infra-estrutura do prédio, que não possui climatização, salas sem umidade, sem a incidência de calor, presença de animais estranhos (pombos) e estantes adequadas para acondicionamento da documentação. A arquitetura do mesmo não foi preparada para abrigar tal função e há muitos anos não recebe manutenção preventiva de curto circuito e demais atuações junto à restauração de outros compartimentos importantes.

Logo, o que se pode perceber é um profundo descaso de instâncias governamentais variadas (Estado, Município), bem como instituições (universidades) e sociedade civil junto ao patrimônio cultural do Estado. Acervo este que possui elementos fundamentais para a reescrita da história alagoana em bases documentais ainda inéditas.

Durante muito tempo palmeira dos Índios tem-se alimentado da oralidade de memorialistas locais para remontar seu passado. Há que se ter em mente que uma história se constitui com variada documentação e que apesar dos percalços existe uma documentação escrita que deve ser utilizada para que se possa re-inaugurar a historiografia local.

Ou se busca uma política séria de arquivos e preservação da documentação em Alagoas ou esses locais que deveriam exercer essa função organizacional serão eternos Leviatãs devoradores das memórias e histórias do povo. E um povo sem passado certamente constitui-se como um povo sem futuro e sem exercício pleno de sua cidadania.

Referências Bibliográficas

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de Barros. **ABC das Alagoas. Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas**. Tomo II (G-Z). Brasília: Senado Federal, 2005.

SILVA, Christiano Barros Marinho da. Vai-te para onde não canta galo, nem boi urra... Diagnóstico, tratamento e cura entre os Kariri-Xocó In: **Índios do Nordeste: temas e problemas 5/** Organizador: Luis Sávio de Almeida. Maceió: EDUFAL, 2004.

SILVA, Edson. Os índios Wassú e a Guerra do Paraguai: história, memórias e leituras indígenas sobre o conflito. In: **Cabanos**, revista de história FUNESA – NEAR. Ano 1, vol. 1, nº 1 (jan/jun. 2006). Arapiraca: FUNESA/Maceió: EDUFAL, 2006.